



Nº 06.2022.135

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE TURISMO, E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES REGIONAL ZONA DA MATA.

O **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.338.178/0001-02, com sede na Av. Brasil, nº 2001, Centro, CEP: 36.060-010, neste ato representado pela Secretaria de Turismo, através de seu Secretário, Marcelo Carmo Rodrigues, CPF/MF nº 926.817.946-68, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e de outro lado a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Regional Zona da Mata, inscrita no CNPJ sob o nº 03.677.427/0001-17, estabelecida na Rua Halfeld, nº 414, sala 401, Bairro Centro, Juiz de Fora/ MG, CEP: 36010-900, neste ato representada por sua presidente Sra. Francele Galil Rocha, inscrita sob o nº de CPF 044.580.126-30, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, e nos termos do processo administrativo eletrônico nº. 8.000/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. DO OBJETO

1.1- Ações específicas vinculadas ao PROGRAMA DE FOMENTO A PROJETOS TURÍSTICOS 2022 - SETUR, que visa selecionar propostas que visem desenvolver o destino turístico Juiz de Fora/MG e incrementar o setor de turismo na cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

2. DAS OBRIGAÇÕES

2.1- São obrigações do **MUNICÍPIO**:

2.1.2 - Exercer a função de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria durante todo o prazo de sua execução;

2.1.3 - Fornecer os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de FOMENTO, repassando-os à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** em conformidade com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho;

2.1.4 - Fornecer manuais específicos de prestação de contas à **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** por ocasião da celebração da Parceria, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação eventuais alterações no seu conteúdo;





2.1.5 - Emitir Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria e submetê-lo à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

2.1.6 - Fiscalizar, através do Gestor designado para acompanhamento e fiscalização do Termo de FOMENTO, a execução do objeto desta Parceria, inclusive com visitas *in loco* para verificação do desenvolvimento das ações, seu monitoramento e avaliação;

2.1.6.1 - Na hipótese de o Gestor da Parceria deixar de ser agente público, ou seja, lotado em outro órgão ou entidade, o MUNICÍPIO deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

2.1.7 - Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

2.1.8 - Manter, em seu sítio oficial na internet, plataforma eletrônica para divulgação da relação das parcerias celebradas, em ordem alfabética, pelo nome da organização da sociedade civil, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, contado da apreciação da prestação de contas final da parceria;

2.1.9 - Divulgar pela *internet* os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

2.2- São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

2.2.1 - Promover a execução do objeto, nos precisos termos pactuados e descritos no Plano de Trabalho anexo a este instrumento;

2.2.2 - Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

2.2.3 - Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica citada no Plano de Trabalho;

2.2.4 - Manter os recursos aplicados em caderneta de poupança quando os mesmos não forem utilizados em prazo igual ou superior a um mês;

2.2.5 - Efetuar os pagamentos somente mediante crédito na conta bancária de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços, procedendo-se à mencionada movimentação, por intermédio de transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final (DOC, TED, crédito), sejam eles pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, sendo vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos, nos termos do previsto no artigo 53, §1º da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, salvo se demonstrada a inviabilidade contida no § 2º do mesmo artigo, mediante autorização da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

2.2.6 - Fazer a restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado reprogramar;

2.2.7 - Permitir livre acesso dos agentes que integram os quadros de servidores do MUNICÍPIO, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e a quaisquer locais onde as atividades inerentes à parceria sejam desenvolvidas;

2.2.8 - Responsabilizar-se exclusivamente:

I - Pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



II - Pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de FOMENTO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos;

III - Pela manutenção de sua plena regularidade documental e fiscal ao longo de toda a parceria, mantendo atualizadas todas as certidões negativas de débito;

2.2.9 - Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas, nos termos do artigo 68, parágrafo único da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.

2.2.10 - Divulgar esta Parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, contendo no mínimo as seguintes informações: data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável, nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso, situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo e quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

2.2.11 - Garantir a afixação de placas indicativas da participação do MUNICÍPIO em lugares visíveis nos locais da execução dos projetos;

2.2.12 - Apresentar, em até 30 (trinta) dias contados do término de vigência do Termo de FOMENTO, Prestação de Contas Final, nos termos do previsto na Cláusula Oitava deste Termo de FOMENTO;

2.2.13 - Comprovar o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade, quando a parceria tiver por objeto a execução de obras e/ou reformas de imóvel, cuja titularidade seja atribuída à Organização da Sociedade Civil.

2.2.14 - É vedada às entidades beneficiadas na forma do art. 84-C da Lei 13.019/14 a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CLÁUSULA TERCEIRA

3. DA CONTRAPARTIDA

3.1. A contrapartida da Organização da Sociedade Civil não será exigida no presente termo de fomento.

CLÁUSULA QUARTA

4. DO VALOR GLOBAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 - Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira do presente Termo de FOMENTO, o MUNICÍPIO repassará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o montante de **RS15.000,00**,





conforme cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, constante do Plano de Trabalho anexo.

4.2 - Para fazer face às despesas inerentes à execução do objeto, o MUNICÍPIO utilizará recursos financeiros constantes da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA UG - 667100 - 23.695.0016.2040 - FONTE: 0200000000 - NATUREZA: 3.3.90.31

4.3 - A liberação de recursos em contas bancárias específicas terá como objetivo viabilizar o monitoramento, bem como a fiscalização de sua utilização para os fins a que se destinam, de forma a evidenciar a respectiva movimentação financeira, cuja demonstração é indispensável no procedimento de prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros disponibilizados pela Administração Pública. (artigo 42, XIV c/c artigo 51 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014).

CLÁUSULA QUINTA

5. DAS DESPESAS

5.1 - Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas apenas as despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho.

5.2. Os recursos da parceria geridos pelas Organizações da Sociedade Civil estão obrigatoriamente vinculados ao Plano de Trabalho e não devem ser por elas caracterizados como:

I - Receita própria; ou

II - Pagamento da Administração Pública por serviços por elas prestados.

5.3. A inadimplência da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento e não poderá:

I - Onerar o objeto do Termo de FOMENTO; ou

II - Restringir a sua execução.

CLÁUSULA SEXTA

6. DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO

6.1 – O presente Termo de FOMENTO terá vigência de 91 dias a contar da data do início da execução do plano de trabalho.

6.2- A vigência da parceria poderá ser alterada, por aditamento, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, nos



II - Alteração da destinação dos bens remanescentes.

6.3 - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de FOMENTO deve ser feita pelo MUNICÍPIO quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 - O MUNICÍPIO promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

7.2 - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das Parcerias, e devem ser registradas em plataforma eletrônica.

7.3 - As ações de que trata o *caput* contemplarão a análise das informações acerca do processamento da Parceria constantes da plataforma eletrônica, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da Parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à Parceria.

7.4 - Caberá ao Gestor da Parceria, nos termos do art. 61 da Lei 13.019/14:

7.4.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

7.4.2 - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

7.4.3 - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

7.5 - Compete ao Município fornecer ao gestor da Parceria todos os instrumentos técnicos necessários para a desincumbência de suas responsabilidades.

7.6 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais da internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

7.7 - O MUNICÍPIO deverá, através de seus agentes, realizar visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da Parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas.

7.7.1 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser notificada da visita técnica *in loco* com antecedência mínima de três dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. Das Prestações de Contas Parcial e Final

8.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL está obrigada a apresentar prestação de contas, parcial e final, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos seguintes prazos:

8.3. Quando se referir à prestação de contas parcial, até o dia 20 (vinte) de cada mês subsequente ao da liberação da respectiva parcela;

8.4. Quando se referir à prestação de contas final, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do término de vigência do termo de FOMENTO.

8.5. Quando as datas referenciadas no caput deste artigo caírem em sábados, domingos e feriados/pontos facultativos, a prestação de contas deverá ocorrer no primeiro dia útil imediatamente anterior.

8.6. Quando a prestação de contas não for encaminhada nos prazos estabelecidos, será encaminhada notificação formal à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, com aviso de recebimento para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a entidade providencie a sua apresentação ou o recolhimento dos respectivos recursos financeiros ao Erário Municipal, acrescido de atualização monetária.

8.7. A partir da data do recebimento da prestação de contas, a Administração Pública terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para sobre ela se pronunciar, avaliando como:

8.7.1. regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014.

8.7.2. regular com ressalva quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.7.3. irregular, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.7.4 - Será considerado irregular, caracterizando desvio de recursos, e, tornando intempestiva a restituição ao Erário Municipal, o valor correspondente ao pagamento de despesas:

I - Que não tenham sido previstas e autorizadas no Plano de Trabalho;

II - Em relação às quais não tenham sido identificado os beneficiários finais.

8.8. Ocorrendo qualquer impugnação de documentos ou constatação de irregularidade por ocasião dos procedimentos de monitoramento e avaliação das prestações de contas parciais e finais, deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ser notificada, formalmente, dos desajustes apurados, cujas omissões e impropriedades registradas deverão ser sanadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da respectiva notificação.





8.8.1. Na impossibilidade de a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL sanar as omissões ou impropriedades no prazo de que trata o caput deste artigo, poderá ser concedida sua prorrogação uma única vez, por igual período, mediante requerimento devidamente fundamentado.

8.8.2. Em se tratando de hipótese de prestação de contas parciais, em razão da concessão dos prazos para saneamento das irregularidades, será a mesma aprovada parcialmente, com ressalvas, com o objetivo de não atrasar o repasse da próxima parcela referente à parceria.

8.9 - A decisão sobre a Prestação de Contas Final caberá à autoridade responsável por celebrar a Parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, assim determinado mediante ato administrativo devidamente publicizado e disponibilizado para a Parceria, vedada a subdelegação.

8.10. - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada da decisão de que trata o item 8.7.3. e poderá:

I - Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de trinta dias, encaminhará o recurso à autoridade hierarquicamente superior, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável no máximo uma vez, por igual período.

8.11 - Exaurida a fase recursal, o MUNICÍPIO deverá:

I - No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, publicizar as causas das ressalvas; e

II - No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) Devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) Solicite o ressarcimento ao erário por meio de Ações Compensatórias de Interesse Público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, nos termos do art. 72 da Lei 13.019/14.

8.12 - Na hipótese do inciso II do item 8.11, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente;

II - O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Processo Administrativo próprio e publicação dos motivos determinantes da rejeição e

III - A correspondente cobrança judicial quando se fizer necessária;

8.13. Se, ao término do prazo de 15 (quinze) dias corridos, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não sanar as omissões ou impropriedades apontadas, a Administração Pública registrará a inadimplência, suspenderá o repasse dos recursos, instaurará a Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03, de 27 de fevereiro de 2013.

CLÁUSULA NONA

9. DAS SANÇÕES



9.1 - Quando a execução da parceria estiver em desconformidade com o Plano de Trabalho, com as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, a Administração Pública poderá aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária; e

III - Declaração de inidoneidade.

9.1.1. É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

9.2 - A advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

9.3 - A suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração ou execução e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a Administração Pública.

9.4 - A declaração de inidoneidade impede a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I - Ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes; e

II - Após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DA RESCISÃO

10.1 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da Parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

10.2- Qualquer das partes poderá rescindir a presente Parceria, a qualquer tempo, limitada a responsabilidade da execução do objeto parcial, desde que haja comunicação prévia com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

10.3- Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido de ofício pelo MUNICÍPIO, e ainda nos casos em que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

I - Deixar de acatar, sem a devida justificativa, as orientações de correção procedimental apresentadas pelo Gestor da Parceria.

Assinado por 1 pessoa: MARCELO CARMO RODRIGUES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5151-9259-EF67-178F> e informe o código 5151-9259-EF67-178F



II – Incidir em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

II. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos omissos, assim como as dúvidas na interpretação do presente ajuste serão resolvidos, no que couber, com base na Lei Federal nº. 13.019/14, cujas normas ficam incorporadas ao presente Instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DA PUBLICAÇÃO

12.1 – A publicação resumida deste Termo de FOMENTO ficará a cargo do Município de Juiz de Fora e deverá ser providenciada até o quinto dia útil do mês subsequente ao da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DO FORO

13.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Juiz de Fora/MG, como o único competente para dirimir qualquer ação oriunda do presente Termo de FOMENTO.

E, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Termo de FOMENTO, em 03 (três) vias e demais reproduções necessárias de igual teor e forma, para que se produzam seus efeitos regulares.

Juiz de Fora, ___ de _____ de 2022.

SECRETARIA DE TURISMO

MARCELO CARMO RODRIGUES


ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES REGIONAL ZONA DA
MATA

REPRESENTANTE

SECRETARIA DE TURISMO	PLANO DE AÇÃO	Ano: 2022
		Nº Protocolo: 96110/2022

1- Identificação do Proponente			
Razão Social: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Regional Zona da Mata		CNPJ: 03.677.427/0001-17	
Endereço da sede: Rua Halfeld, 414 – Sala 401	Bairro: Centro	Telefone (contato): 32991980799	
Município: Juiz de Fora	Distrito:	Estado: MG	CEP: 36010900
Banco: SICREDI	Agência: 0437	Conta: CC - 75797-7	
Nome do Representante Legal: Francele Galil Rocha		Cargo: Presidente	
E-mail: advgalil@yahoo.com.br	CPF: 044.580.126-30	Identidade: MG 11384345	

2- Caracterizações da Proposta	
2.1 – Programa (Nome do Projeto): Centro de Apoio ao Turista – 2022 - 2023	
2.2 - Local de realização do Projeto: BR 040 – KM 797 - Salvaterra	
2.3 – Vigência (período de realização do Projeto): 01/10/2022 a 01/10/2023	
2.4 – Objetivos (ações que se deve desenvolver para que o objetivo geral do Projeto seja alcançado):	
<ul style="list-style-type: none"> * Posicionar Juiz de Fora como principal centro de apoio e desenvolvimento do Projeto Via Liberdade, rota turística e cultural de nossa região. * Ponto de divulgação de equipamentos e atrativos turísticos de Juiz de Fora e região, além da agenda dos eventos culturais. * Espaço para comercializar, expor e aproximar os trabalhos desenvolvidos por artistas, agricultores, produtores, artesões e empreendedores do turismo de nossa comunidade. 	

<p>* Proporcionar oportunidade para novas pesquisas científicas, quantitativas e qualitativas.</p>
<p>2.5 – Justificativa (identificar o problema a ser resolvido e a forma de solução): Conforme pesquisas recentes, e apontado no Plano Municipal do Turismo da PJJ, 02 deficiências são;</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de informação sobre os pontos e atrativos turísticos; 2) Posto de informação e suporte ao turista. <p>Criação do CAT (Centro de apoio ao turista) na entrada da cidade afim de oferecer as opções acima.</p>
<p>2.6 – Meta (resultados que se pretende alcançar com o desenvolvimento do Projeto):</p> <p>Os Centros de Apoio aos Turistas têm por objetivo orientar, informar e apoiar os turistas em sua estada ou passagem pelo destino e, ao mesmo tempo, disponibilizar aos turistas a possibilidade de deixar registrado elogios, queixas e sugestões sobre o destino.</p>
<p>2.7 – Estimativa de público, em caso de evento, ou abrangência, em caso de Projeto:</p> <p>Aproximadamente 50.000 pessoas por mês.</p>
<p>2.8 – Fases de Execução (descrever as etapas presentes no Projeto a ser desenvolvido, incluindo de forma escrita todos os passos envolvidos na execução do Projeto):</p> <p>Agosto 2022 => Finalizar a arte, compra de todo material que será utilizado de instalação e divulgações, definir locais de instalação dos outdoors;</p> <p>Setembro 2022 => Coleta de material turístico institucional e comercial, arrumação do espaço interno do display, instalação dos outdoors e mapa interno;</p> <p>Outubro 2022 => Inauguração e início das atividades.</p>
<p>2.9 - Metodologia (detalhar como se pretende atingir as metas e como esse resultado será apresentado/ forma de execução):</p> <p>Estamos localizados na BR 040 KM797,5 (sentido BH/RIO) no município de Juiz de Fora, principal cidade da região da Zona Da Mata Mineira. Atualmente nosso entorno conta com uma população de quase 2 milhões de habitantes, além de ser riquíssima em belezas e atrativos naturais como serras, cachoeiras e rios; muita história e cultura tradicionalíssima. Estamos no meio do caminho do fluxo do interior de</p>

Minas Gerais para o estado do Rio de Janeiro, capital e cidades do interior, e vice versa, com grande fluxo de turistas aos fins de semana na estrada. Com a instalação do outdoor podemos atrair turistas passantes.

2.10 – Pessoas Beneficiadas:

Associações civis dos mais variados segmentos como: agricultura familiar, artesões, esportistas outdoor, entre outros.

2.11 – Atividades Desenvolvidas:

Do ponto de vista da gestão de destinos, o CAT pode contribuir para medir o grau de satisfação dos visitantes em suas estadas e o fluxo turístico, enriquecendo o planejamento turístico e aumentando o tempo de permanência e distribuição do fluxo de visitantes. O CAT também atende como serviço de informação à população do município quando procuram informações de como desfrutar melhor de sua cidade e da região onde estão inseridos.

3- Plano de Aplicação dos Recursos Solicitados

3.1 - Demonstrativo de Custos (apresentar o valor apoiado e registrar onde será aplicado o recurso):

Aluguel Espaço Com Agua R\$60.000,00 12 meses
Cemig R\$4816,92 12 meses
01 painél outdoor tamanho (9x3) R\$14.840,00 12 meses

3.2 - Capacidade Instalada (recursos materiais e humanos):

Empresa instalação Outdoor, Designer, empresa plotagem, funcionários do CAT

4- Dados para o Turismo (apresentar até 30 dias após a realização do Projeto)

4.1 – Investimento total do organizador para realização do Projeto (capital próprio e parceiros – discriminar os parceiros):

4.2 – Demonstrativo de custos do Projeto (planilha de custos):

4.3 – Geração e período de contratação de empregos diretos e estimativas dos empregos indiretos:



4.4 – Número real de visitantes:

4.5 – Informações do perfil do turista:

5 – Prestações de Contas

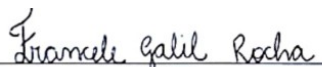
5.1. A verba referente ao apoio solicitado será repassada ao Proponente após a assinatura do termo de fomento e processamento do respectivo empenho da despesa. A prestação de contas da verba repassada deverá ser realizada, mediante emissão de recibo, pelo proponente, juntado à cópia da Nota Fiscal do produto e/ou serviço pago com o valor apoiado e referenciado no item 3.1 até trinta dias depois do evento. Na Nota Fiscal deve estar registrado que o serviço foi realizado para realização/ produção do Projeto/ evento apoiado pelo edital. O demonstrativo de Custos deste Plano de Ação, além dos dados para o turismo, referentes aos itens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5, terão prazo de trinta dias para entrega, após realização do evento, observando as regras estabelecidas no termo de fomento.

6 – Declaração

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto à PJF para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais, Município ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos da Prefeitura, na forma deste plano de atendimento. Venho submeter à apreciação deste município o presente plano de atendimento tendo em vista repasse de recursos através de fomento.

Pede Deferimento.

Juiz de Fora, 29/07/2022



(Nome- Cargo – Instituição)

7 – Aprovação

O Plano de Trabalho apresentado pela proponente está de acordo com o Art. 22 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, sendo aprovado, observando-se as informações contidas no mesmo.

Aprovo o presente Plano de Trabalho e autorizo a celebração do fomento.

Juiz de Fora, ___ / ___ / ___

Marcelo Carmo Rodrigues
Secretário de Turismo



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5151-9259-EF67-178F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARCELO CARMO RODRIGUES (CPF 926.XXX.XXX-68) em 30/09/2022 14:29:48 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5151-9259-EF67-178F>